



## Assembleia Municipal de Chamusca

(S.O: 22/02/2022)

**ATA NÚMERO 1/2022 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAMUSCA,  
REALIZADA NO DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2022, NO EDIFÍCIO DE S. FRANCISCO, NA  
CHAMUSCA**

- PRESENCAS:** -----
- Assembleia Municipal** -----
- Bancada do PS:** -----
- Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim José Duarte Garrido; -----
- Primeiro Secretário, Maria Inês Fernandes Ribeiro; -----
- Segundo Secretário, Pedro Miguel Martins Braz; -----
- Anabela Rosário Possidónio Clara Protásio; -----
- Miguel Ângelo Morgado Ferreira Garriapa da Silva; -----
- Rui Manuel Tanoeiro; -----
- Andreia Lurdes Casimiro Fernandes Martins; -----
- Rui Jorge Martins Gonçalves; -----
- Rui Jorge Martins Gonçalves (Presidente da Junta de Freguesia da Carregueira); -----
- Bruno Miguel Marques de Oliveira (Presidente da União de Freguesias da Parreira e Chouto); -----
- Mário João Amaro Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia de Ulme); -----
- Bancada da CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV, doravante “CDU”:** -----
- Maria da Conceição dos Santos Freire Gaudêncio; -----
- Miguel Gil Da Silva; -----
- Rui Miguel Oliveira Cruz; -----
- Vitor Hugo Frazão da Costa em substituição de Carla Cristina Martins Magalhães Marques; -----



## Assembleia Municipal de Chamusca

(S.O: 22/02/2022)

--**Bancada da “Coligação Chamusca Concelho com Futuro” – PPD/PSD – CDS-PP,**  
doravante “Coligação Chamusca Concelho com Futuro”:

--Paulo Jorge Batista da Silva Leitão;

--Nuno Miguel Fernandes Jesus em substituição de João Nuno da Costa e Santos;

--Ricardo Nuno Neto Pestana Prestes em substituição de Ana Margarida dos Anjos  
Sanches;

--Rui Miguel Azevedo Martinho (Presidente da União de Freguesias da Chamusca e  
Pinheiro Grande)

--**Bancada Partido Chega:**

--Eduardo de Magalhães do Amaral Neto.

--**Câmara Municipal:**

--Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado;

--Vereadores: Cláudia Patrícia Alves Moreira;

--Gisela Maria Azevedo Trincão Matias;

--Manuel Tiago Neto Pestana Prestes.

--**SECRETARIOU:**

--A Primeira Secretária da Assembleia Municipal Maria Inês Fernandes Ribeiro.

--A Ordem de Trabalhos da Sessão da Assembleia Municipal, antecipadamente  
remetida a todos os Eleitos, nos termos da alínea c) do artigo 29º do Regime Jurídico  
das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, foi a seguinte:

-----**ORDEM DE TRABALHOS**-----

-- **1** – Votação ata nº 3/A-2021 da Sessão de 21 de dezembro;

-----**DOCUMENTOS PARA CONHECIMENTO**-----

--**2** – Relatório de Atividades do Executivo Municipal;



## Assembleia Municipal de Chamusca

(S.O: 22/02/2022)

*Handwritten signature in blue ink*

### -----DOCUMENTOS PARA APROVAÇÃO-----

- 3 – Aprovação de Mapa de Fluxos de Caixa e 1ª Revisão Orçamental 2022; -----
- 4 – Estratégia Local de Habitação da Chamusca 2020 – 2026; -----
- 5 – Aprovação final do Regulamento Municipal de identificação de Imóveis para Aplicação de Majoração ou Minoração da Taxa de IMI; -----
- 6 – Transferência de Competências para as Autarquias Locais no Domínio da Ação Social - Prorrogação do Prazo; -----
- 7 – Minutas de Contratos Interadministrativos Universidades Seniores, com: -----
  - a) Junta Freguesia Carregueira; -----
  - b) União de Freguesia de Chamusca e Pinheiro Grande; -----
  - c) União de Freguesia de Parreira e Chouto; -----
  - d) Junta Freguesia de Ulme; -----
  - e) Junta Freguesia de Vale de Cavalos; -----
- 8 – Minuta de Adenda ao Contrato Interadministrativo “Universidade Sénior” celebrado em 17 de janeiro de 2018; -----
- 9 – Minutas de Contratos Interadministrativos “Manutenções permanentes” a celebrar com: -----
  - a) Junta de Freguesia da Carregueira; -----
  - b) União de Freguesias de Parreira e Chouto; -----
- 10 – Minuta de Protocolo de Colaboração Administrativa e Financeira com a União de Freguesias de Parreira e Chouto – Extensão de Saúde da Freguesia do Chouto; -----
- 11 – Minuta de Protocolo de Cedência de Instalações – Salão de Convívio do Chouto – a celebrar com União de Freguesias de Parreira e Chouto; -----
- 12 – RSTJ - Contrato Programa Atualização valor subsídio à exploração para o



## Assembleia Municipal de Chamusca

(S.O: 22/02/2022)

Corrente ano de 2022; -----

--13 – Designação de um Presidente de Junta de Freguesia para Integrar a Equipa de Igualdade na Vida Local (EIVL). -----

### -----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

*--Senhor Presidente saudando os presentes e os que, eventualmente, seguem os trabalhos online passou a convidar a tomar posse Nuno Miguel Fernandes Jesus e Ricardo Nuno Neto Pestana Prestes, ambos da Coligação “Chamusca Concelho com Futuro” que substituem os Eleitos João Nuno da Costa e Santos e Ana Margarida dos Anjos Sanches que não puderam comparecer por motivos pessoais inadiáveis e devidamente justificáveis. -----*

*--A ata da tomada posse irá a arquivar na concernente pasta de tomadas de posse que se encontra no Gabinete desta Assembleia Municipal. -----*

*--Também na ausência, igualmente fundamentada, Vitor Hugo Frazão da Costa substituiu Carla Cristina Martins de Magalhães Marques. -----*

*--Colocou à votação a ata nº 3-A/2021 da Sessão Ordinária de 22 de dezembro de dois mil e vinte a qual foi aprovada por maioria com uma abstenção do eleito da CDU Miguel Gil da Silva que não esteve presente na referenciada sessão. -----*

*--Pela Bancada do PS Andreia Lurdes Casimiro Fernandes Martins apresentou o documento que se transcreve: -----*

### -----"MOÇÃO -----

#### -----Acessibilidades no Vale do Tejo -----

#### -----COESÃO TERRITORIAL – MULTIPLICAÇÃO DE OPORTUNIDADES -----

*--O desenvolvimento da região da Lezíria do Tejo e Médio Tejo, região que abrange 24 municípios e uma população de cerca 467.000 habitantes, tem sido conseguido através*



## Assembleia Municipal de Chamusca

(S.O: 22/02/2022)

*de um grande esforço do poder local que tem tentado contrariar a tendência de desertificação do interior do país com a atração de empresas e indústrias de elevado valor acrescentado. Ambas as regiões são responsáveis por 15% da riqueza criada no Centro e Alentejo, representando mais de 45 mil empresas e mais de 100 mil trabalhadores. -----*

*--Contudo, e apesar do esforço dos agentes locais, a região da Lezíria e do Médio Tejo depara-se com barreiras inultrapassáveis que requerem uma resposta de âmbito nacional. A atração de investimento produtivo, que deve ser considerado um desígnio nacional, é consistentemente bloqueada pela realidade infraestrutural da região, nomeadamente a sul do Tejo pela ausência de uma ligação ferroviária e rodoviária eficaz, em que a conclusão do troço do IC3/A13, que permitirá ligar Vila Nova da Barquinha a Almeirim, tem sido identificada em vários documentos como uma prioridade em termos de investimentos infraestruturais no país (por exemplo, o Programa Nacional de Reformas para 2020 (PNR 2020), Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2015-2020 (PETI3), Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT-OVT)), onde esta rodovia teve particular destaque, considerada essencial para alavancar economicamente zonas do interior, tipicamente rurais e mais desfavorecidas, tornando-as atrativas do ponto de vista de expansão territorial, quer urbana, quer industrial. -----*

*--A necessidade de conclusão do IC3/A13 possui implicações que vão além das mencionadas pelo PETI3+ – acessibilidade e mobilidade – e que foram realçadas aquando do anúncio da sua execução, decorria o ano de 2007, nomeadamente o incentivo ao desenvolvimento económico e territorial (potenciando, por exemplo, o surgimento de novas indústrias, a melhoria do escoamento de mercadorias e a redução*



*de custos para empresas e comunidade) e a redução de riscos e de impactes ambientais, (por exemplo em relação ao ruído, que comporta um elevadíssimo risco para o bem-estar das populações das localidades constantemente atravessadas por veículos pesados de transporte de resíduos, constituindo desta forma um risco acrescido para a saúde pública). -----*

*--A nível ambiental, destaca-se a presença no território do concelho da Chamusca de importantíssimas infraestruturas de tratamento de resíduos do país, nomeadamente os dois únicos Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos (CIRVER) a nível nacional, quatro unidades de tratamento e eliminação de resíduos hospitalares, que servem todo o país, duas unidades de compostagem que resolvem inúmeros problemas ambientais, nomeadamente de lamas de Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), uma central de biomassa, resolvendo desta forma a questão dos subprodutos da limpeza da floresta em toda a região centro, duas unidades de regeneração de óleos usados, para além do sistema de eliminação de resíduos industriais banais e do sistema de recolha, tratamento, triagem e eliminação de resíduos sólidos urbanos que neste momento serve 16 concelhos da região. Estas unidades implicam a movimentação constante de veículos pesados que, face à inexistência de melhores acessibilidades, acaba por se efetuar dentro de povoações. -----*

*--O lanço do IC3/A13 Vila Nova da Barquinha – Chamusca – Almeirim, foi uma promessa para as populações da região aquando da instalação dos CIRVER numa área de influência direta que abrange 6 concelhos: Vila Nova da Barquinha e Entroncamento (Médio Tejo) e Golegã, Chamusca, Alpiarça e Almeirim (Lezíria do Tejo). -----*

*--Contudo, o impacto desta obra não se esgota nestes territórios, existindo fortes implicações para a região da Lezíria e do Médio Tejo. -----*



## Assembleia Municipal de Chamusca

(S.O: 22/02/2022)

--A conclusão deste lanço, em particular, vem sobretudo: -----

-----1) tornar o sistema de conectividade nacional mais eficiente, tendo em conta a evolução que se registou no aumento do volume de tráfego, sobretudo pesados de mercadorias com tipologias de carga específica; -----

-----2) melhorar a acessibilidade de pessoas, serviços, produtos e informação no território e recursos que, atualmente, possuem um acesso condicionado e -----

-----3) capacitar do ponto de vista infraestrutural, o desenho de clusters emergentes na região – o da agricultura, floresta, logística e de resíduos. -----

--Para além do território, é importante analisar este projeto sob o ponto de vista de contributos ambientais, económicos e sociais. -----

--O impacto económico na região mede-se sobretudo pelos empregos e pelo valor acrescentado gerado pelas indústrias. Em concreto, a conclusão desta rede rodoviária permitirá: -----

-----1) desbloquear estrangulamentos com escoamento de produtos e matérias-primas da indústria existente na região (por exemplo, a fábrica da Caima – Indústria de Celulose, S.A. (CAIMA), em Constância, com um volume de negócios (VN) de 63 milhões € e 185 trabalhadores ou a fábrica da Mitsubishi Fuso Truck Europe - Sociedade Europeia de Automóveis, S.A., (Mitsubishi), no Tramagal, com um volume de negócios (VN) de 99 milhões € e 300 trabalhadores); -----

-----2) facilitar a captação de investimento para projetos diferenciadores da região como o Eco Parque do Relvão, na Carregueira (que implicou 200 milhões € de investimento e emprega 480 trabalhadores) ou o Agrocluster do Ribatejo, com sede em Santarém (com um volume de negócios (VN) de 1600 milhões € e 5000 trabalhadores) e -----

-----3) reduzir a necessidade de investimentos adicionais e manutenção em



*infraestruturas já sobrecarregadas ou obsoletas, que poderiam ser integradas noutros projetos de dinamização social dos concelhos (por exemplo, corredores verdes ou rota cultural) dada a sua relevância histórica. -----*

*--Os efeitos sociais indiretos associados à melhoria de acessibilidades, mobilidade, redução de riscos ambientais e de segurança, combinados com o potencial aumento de investimento e, transversalmente, com a criação de mais emprego, geram benefícios sociais importantes para os concelhos que enfrentam desafios sociais significativos, sobretudo devido à desertificação. Adicionalmente, a melhoria de acessibilidades para as vias principais tem impactos consideráveis ao nível da aproximação dos habitantes a serviços sociais (por exemplo, hospitais, universidades e grandes centros urbanos). -----*

*--Se, por um lado, existe um reconhecimento ao mais alto nível da importância de investimento público nos territórios do interior para a persecução de uma melhor e mais eficiente coesão territorial e da necessidade de identificar investimentos seletivos, complementares e pontuais, que permitam valorizar e rentabilizar o investimento público em infraestruturas já realizado, por outro lado, Portugal encontra-se já numa fase de operacionalização do Acordo de Parceria celebrado entre Portugal e a Comissão Europeia (Portugal 2020) que concretiza a aplicação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e de outros instrumentos financeiros em Portugal. --*

*--O Programa do XXII Governo Constitucional, Governo do Partido Socialista, elegeu como desafios estratégicos da governação a preparação para enfrentar as alterações climáticas, a resposta aos desafios demográficos, a redução das desigualdades e a construção da sociedade digital, da criatividade e da inovação, como forte aposta na resiliência, bem definidos e patentes no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), reforçando o novo Governo a ambição e as metas de recuperação e crescimento da*



## Assembleia Municipal de Chamusca

(S.O: 22/02/2022)

*economia, na melhoria das qualificações e da competitividade do tecido económico, no reforço dos serviços públicos e no aumento dos rendimentos dos portugueses. -----*

*--Uma das dimensões do desafio do combate às desigualdades é a promoção da coesão territorial, através de uma estratégia integrada de desenvolvimento regional e de valorização dos territórios do interior. Com efeito, as assimetrias territoriais persistem em constituir um fator de bloqueio ao desenvolvimento equilibrado do país, limitando fortemente o nosso potencial de desenvolvimento enquanto Ribatejo. -----*

*--Promover a coesão territorial em todas as suas declinações é, por isso, uma prioridade, não só em termos de justiça social e de aproximação entre todos os portugueses, mas também de resposta a desafios como a valorização dos nossos recursos, a sustentabilidade demográfica ou um desenvolvimento económico equilibrado, mitigando as assimetrias e reforçando o sentimento de pertença a um desígnio comum. -----*

*--A valorização do interior, assenta na correção das assimetrias territoriais, através da atração de investimento para o interior, da diversificação e qualificação do tecido produtivo associadas ao estímulo da capacidade empreendedora e empresarial, do aproveitamento do potencial endógeno e da promoção da fixação de pessoas nos territórios do interior. -----*

*--O Movimento pelo Interior, agora Programa de Valorização do Interior (PVI), selecionou ações específicas nos territórios do interior com impacto significativo para os nossos territórios e decidiu incorporar novas iniciativas, nomeadamente soluções orientadas para dinâmicas de maior proximidade, programas de financiamento com dotação específica e critérios adaptados ao interior, bem como projetos relevantes ao nosso território, construídos em rede e dirigidos ao aumento da competitividade. -----*



--As iniciativas incluídas na revisão do Programa de Valorização do Interior (PVI) organizam-se em eixos prioritários, numa lógica de transversalidade e de concretização: -----

----Eixo 1: Valorizar os recursos endógenos e a capacidade empresarial do interior; -----

----Eixo 2: Promover a cooperação transfronteiriça para internacionalização de bens e serviços; -----

----Eixo 3: Captar investimento e fixar pessoas no interior e -----

----Eixo 4: Tornar os territórios do interior mais competitivos. -----

--Os pressupostos da revisão do Programa de Valorização do Interior (PVI) enquadram-se nos desafios estratégicos do atual ciclo político, em convergência com os desígnios atuais da União Europeia: -----

----a) combater as alterações climáticas; -----

----b) responder ao desafio demográfico; -----

----c) construir a sociedade digital e -----

----reduzir as desigualdades. -----

--No Ribatejo estão identificados projetos de sucesso, com nível de capacitação e dinâmica de atuação já comprovados, constituindo exemplos inspiradores para a valorização do interior e âncoras de desenvolvimento socioeconómico das regiões em que se inserem. -----

--Pretende-se, por um lado, a canalização de apoios e de investimento para regiões com recursos endógenos potencializáveis através de tecnologia e inovação e garantidamente industrializáveis, com o objetivo de criação de emprego e fixação de pessoas e, por outro lado, a implementação de serviços de maior proximidade que garantam uma justa qualidade de vida a todos os cidadãos. -----

--As medidas de apoio aos territórios do interior terão de ser adaptadas a estes



## Assembleia Municipal de Chamusca

(S.O: 22/02/2022)

*territórios, orientadas para a competitividade, baseadas em políticas de incentivo ao emprego, à contratação de recursos humanos altamente qualificados, à aposta na inovação e em investimentos que permitam a modernização dos setores correspondentes, nomeadamente no Programa +CO3SO - COnstituir, COncretizar e Consolidar Sinergias e Oportunidades. -----*

*--A não execução destes pressupostos terá sérias implicações para uma região gravemente afetada do ponto de vista demográfico e económico, sobretudo para investimentos considerados centrais em todos os planos do 2020 desenvolvidos pelas Comunidades Intermunicipais e vertidos nos programas de desenvolvimento regionais das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Centro. -----*

*--Para além dos riscos ambientais, fica comprometido o investimento e desenvolvimento industrial e social da região, como sejam o cluster de gestão de resíduos da Chamusca ou a rede de simbioses industriais da região da Lezíria e Médio Tejo, o escoamento de produtos e receção de matérias primas, o trânsito intermodal, o desenvolvimento de projetos de desenvolvimento no âmbito agrícola e florestal, entre outros projetos de desenvolvimento económico de valor acrescido, orçados em vários milhões de euros. -----*

*--Para além da revisitação de todo este processo, ano após ano, da apresentação de inúmeras moções setoriais sobre o assunto e sempre aprovadas por unanimidade, para além das inúmeras reuniões com os decisores políticos nos diversos ministérios, desde o desenvolvimento regional, às infraestruturas, à valorização do interior, e com o devido reconhecimento de TODOS, da necessidade desta infraestrutura para o desenvolvimento da região, nomeadamente das duas Comunidades Intermunicipais e da Comissão de*



*Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, eis que surge entretanto o Plano de Recuperação e Resiliência e, mais uma vez, constata-se que, para atingir os pressupostos do plano nos seus três grandes blocos, nomeadamente a RESILIÊNCIA – que integra e prioriza as vulnerabilidades sociais, o potencial produtivo e emprego, a competitividade e a coesão territorial, a TRANSIÇÃO CLIMÁTICA – que integra e prioriza a mobilidade sustentável, a descarbonização e a economia circular, a eficiência energética e as energias renováveis, e a TRANSIÇÃO DIGITAL – que integra e prioriza a escola digital, as empresas 4.0 e a administração pública, há que potenciar aquela que é mais que uma exigência da região: é uma necessidade de concretização para que a estratégia nacional seja uma realidade. -----*

*--É fundamental que, enquanto autarcas, não deixemos de lutar por um projeto que, mais que comprovadamente, se mostra uma necessidade para a região. -----*

*--Sendo este o caminho para o desenvolvimento da região, teremos de ser intransigentes na exigência deste desígnio, sob pena de condicionarmos o futuro do Ribatejo e da Chamusca, sendo o nosso dever contribuir para um país mais coeso, mais inclusivo e mais competitivo. -----*

*--Neste sentido, solicita a bancada do Partido Socialista que sejam envidados todos os esforços por parte desta Assembleia Municipal, em conjunto com a Câmara Municipal e todos os partidos representados, junto do novo Governo e dos respetivos Ministérios, para a apresentação do teor da presente moção e exigência da conclusão do IC3/A13.*

*--Chamusca, 22 de fevereiro de 2022 -----*

*--Os Eleitos do Partido Socialista” -----*

*--Rui Miguel Oliveira da Cruz, CDU, informou que a sua bancada votaria a favor até porque o assunto já foi manifestamente debatido pela Assembleia Municipal e tendo*



## Assembleia Municipal de Chamusca

(S.O: 22/02/2022)

5  
8  
Φ

*em conta a sua importância deverá ser aprovado por todas as forças políticas. -----*

*--Pela Coligação "Chamusca com Futuro" Paulo Jorge Batista da Silva Leitão referiu que a sua bancada irá votar favoravelmente acrescentando ser um assunto pertinente transversal a todas as forças partidárias e a todos os habitantes do concelho. -----*

*--Usando da palavra o Deputado do Partido Chega, Eduardo de Magalhães do Amaral Neto agradeceu a extensa e panorâmica exposição sobre as vantagens do IC3, da Deputada Andreia Fernandes, que inclusivamente simplifica a sua intervenção. Porém considera-a demasiado vasta, genérica, mirífica e redundante que em seu ver não passará de meras palavras e declarações de intenção que não passaram disso mesmo, daí anunciar o seu voto contra. -----*

*--Colocada a moção à votação deliberou a Assembleia Municipal Aprová-la por maioria com o voto contra do Partido Chega. -----*

*--Com recurso a dispositivos o Deputado do Partido Chega, Eduardo de Magalhães do Amaral Neto, comentou as propostas que fez chegar previamente a todos eleitos e que se passam a reproduzir: -----*

### **"Proposta** -----

*--Estudo e eventual construção de uma nova ponte viária sobre o Rio Tejo, e respectivos acessos, entre a estrada EN118 (Zona das Areolas/Pinheiro Grande) e o Dique dos Vinte para a Golegã. -----*

*--Considerando que: -----*

*----a) O prolongamento da IC3, e conseqüentemente a construção da via exterior à Vila da Chamusca, com a construção da nova Ponte da Chamusca, e posterior ligação à rede viária entre a Golegã e o Entroncamento, não é previsível nos próximos anos; -----*

*----b) A elevada circulação de veículos, quer na EN118 que atravessa a vila, quer na*



## Assembleia Municipal de Chamusca

(S.O: 22/02/2022)

*actual Ponte Isidro dos Reis, sobretudo de veículos pesados, com especial preocupação dos que transportam resíduos para o Eco-Parque, que deram origem a um elevadíssimo aumento de unidades neste troço de estradas, em ambas as direções, e que ocasionam interrupções por entupimento frequentes no tabuleiro da Ponte; -----*

*-----c) A existência de semáforos nas duas extremidades da Ponte não resolve a fluência do trânsito; -----*

*-----d) As frequentes obstruções verificadas dentro do tabuleiro da Ponte, com o cruzamento dos veículos pesados, ou colisão com os rails laterais, têm causado interrupções de tráfego por vezes de algumas horas; -----*

*-----e) O elevadíssimo custo de todo o planeado no considerando alínea a), que há mais de 25 anos vem sendo adiado por razões orçamentais, e mais uma vez rejeitado no actual Orçamento de Estado, e previsivelmente nos próximos, por não inclusão no Plano de Resolução e Resiliência até 2026, importa urgentemente encontrar soluções que melhore ou mesmo solucione o problema identificado, reconhecido por todos, e que seja adequado e mantenha relevância, mesmo que venha a ser concluído o IC3 e posterior ligação a norte do Tejo; -----*

*-----f) Todo o troço em questão, constituído em três parcelas, a 1ª Parcela o novo pavimento rodoviário com início no cruzamento das Areolas a norte, aproveitando o caminho já existente até ao leito do rio, que separa propriedades agrícolas sem as invadir, a 2ª Parcela o tabuleiro sobre o Rio Tejo propriamente dito até à estação de extracção de areias desactivada na margem norte, e a 3ª Parcela a ligação ao Dique dos Vinte, actual estrada para a Golegã; -----*

*-----g) A 1ª Parcela, com um comprimento aproximado de 400 metros, a 2ª Parcela constituída pela Nova Ponte sobre o Rio Tejo com um comprimento aproximado de 600*



## Assembleia Municipal de Chamusca

(S.O: 22/02/2022)

metros, e a 3ª Parcela com o comprimento aproximado de 300 metros; -----

----f) É fornecida uma fotografia aérea da localização da Nova Ponte da Chamusca, e seus acessos; -----

----g) Intervir em estradas nacionais e pontes obriga a estudos, projectos e construções por parte do Instituto das Estradas (IE), e dos respectivos custos, a suportar pelos organismos e mecanismos usuais; -----

----h) A título de alguma quantificação de custos, foi-nos referido um valor na ordem dos 25 milhões de euros para este pré-projecto. -----

--Face ao exposto, proponho à Assembleia Municipal o voto favorável para que a Câmara Municipal elabore nos termos adequados, processo para a construção da nova travessia no traçado proposto, e proceda à sua apresentação junto do Governo Português. -----

--Chamusca, 10 de Fevereiro de 2022 -----

--O Deputado Municipal do CHEGA -----

--Eduardo Magalhães do Amaral Netto" -----

### -----"Proposta"-----

--Requalificação do troço da Rua Direita de S. Pedro (EN118) entre a Câmara Municipal e a Quinta do Nicho, visando o seu alargamento para melhoria da circulação de veículos e sobretudo segurança à circulação pedonal e excepcional melhoria ambiental. -----

--Considerandos: -----

----a) O prolongamento do IC3 e conseqüentemente a construção de via exterior à vila da Chamusca, não é previsível nos próximos anos; -----

----b) A elevada circulação de veículos na EN118 que atravessa a vila, sobretudo viaturas pesadas, com especial preocupação das que transportam resíduos para o Eco-



*Parque, que não raras vezes, largam escorrências e poeiras, cujo conteúdo desconhecemos; -----*

*-----c) O estrangulamento da via neste troço, especialmente entre a Praça de Touros e a Câmara Municipal, que limita a circulação das viaturas e põe em causa a segurança dos utilizados pedonais; -----*

*-----e) Se a existência dos semáforos, é indispensável para mitigar o problema do estrangulamento e segurança das pessoas que transitam a pé naquele troço, por outro lado, as viaturas paradas enquanto o semáforo está vermelho e no seu arranque, libertam gases de escape de elevada concentração, mais visíveis na parte norte, onde esses gases não se conseguem dissipar devido à existência das construções junto a ambos os lados da via. -----*

*-----f) Que até que um Governo de Portugal reconheça a relevância da conclusão do IC3 e do contributo relevante da Chamusca para a resolução do problema nacional com o tratamento de resíduos perigosos, importa urgentemente encontrar soluções que melhorem substancialmente os problemas identificados e reconhecidos por todos, num contexto transitório, mas que se prevê de muito longa duração, e que, seja adequada e mantenha relevância, mesmo que venha a ser concluído o IC3 e dele resulte substancial redução de circulação de viaturas. -----*

*-----g) O troço em questão tem um comprimento de +/- 200 metros, e entre os semáforos, nele existe edificado consolidado e quase todo habitado a poente da estrada, embora na parte nascente, se verifique um conjunto edificado activo de com três habitações, onde residem permanentemente menos de seis pessoas e uma barbearia, e edificado desactivado, uma mercearia, armazéns e espaço descoberto. Seguidamente encontramos os logradouros do Bairro Novo Paio de Pelo, cuja parede*



## Assembleia Municipal de Chamusca

(S.O: 22/02/2022)

Handwritten signature in blue ink.

*apresenta fissuras e partes bastante degradadas bem como grande parte do gradeamento encontra-se deteriorado ou ameaçando cair (devido às viaturas pesadas), que também poderia ser intervencionado se tal vier a ser considerado. -----*

*----h) Intervir na via, tratando-se de uma estrada nacional, obriga a estudos, projectos e construções, sujeitos à consideração do Instituto de Estradas (IE), mas de reduzidas dimensões e custos. -----*

*----i) Desta forma, libertando as construções que estrangulam o troço em questão, resultaria maior facilidade de circulação e cruzamento de viaturas, permitindo segurança a todos os utentes, podendo desactivar os semáforos. -----*

*----j) Quanto aos custos da intervenção, os mesmos podem ser reduzidos, já que grande parte da intervenção poderia ser realizada pela Câmara Municipal, pois tem meios humanos e equipamentos, concretamente nas áreas onde pode ocorrer demolição e eventual reposição do edificado após afastamento, sendo que não se tratam de projectos que obriguem a estudos profundos nem construções de elevado grau de complexidade. -----*

*--Nesse sentido e dado o enquadramento anterior, será nessa parte a nascente onde se poderá encontrar a solução do problema, e nesse sentido proponho que a Assembleia Municipal o voto favorável para que a Câmara Municipal desenvolva os procedimentos necessários com vista a alargar o troço indicado, negociando com os proprietários uma faixa de terreno que se considere adequada às necessidades e para criação de zona pedonal (passeio). -----*

*--Chamusca, 10 de fevereiro de 2022 -----*

*--O Deputado Municipal do CHEGA -----*

*--Eduardo Magalhães do Amaral Netto" -----*



--Pedindo a palavra o Deputado do PS, Bruno Miguel Marques de Oliveira demonstrou a sua indignação perante o exposto, considerando-se inclusivamente gozado. Não aceita de modo algum que ainda se usem algumas das expressões empregadas e muito menos tolera que refiram aos Chamusquenses de cá e os Chamusquenses de lá, não consegue alcançar o porquê desta distinção, contudo não a admite e muito menos a eleitos locais. Salaria que a Assembleia vem a baixar o nível não discutindo o que é verdadeiramente importante e isso custa-lhe porque este órgão deve debater-se e debruçar-se sobre matérias importantes para concelho e para as suas gentes. -----

--Enquanto Líder de bancada do PS, Rui Manuel Tanoeiro, referiu já conhecer as propostas apresentadas e já que o Deputado do Partido Chega adjetivou a moção do PS como redundante ele classifica estas propostas completamente utópicas. A questão da ponte em nada resolveria os problemas do concelho porque o trânsito pesado continuaria a passar pela EN 118 ou seja por dentro das povoações. -----

--Já sobre o troço entre os semáforos, na estrada nacional cento e dezoito, quem lá vive não tem culpa, nem pode ser desalojado para alargamento do troço, são pessoas que provavelmente nem possuem mais terrenos ou propriedades. -----

--Quanto à obra ser efetuada pela câmara só aflora a falta de noção do Senhor Deputado quanto aos recursos do município e dos trabalhos que envolvem uma obra desta envergadura para a estar a propor. -----

--Terminou dando a conhecer que o voto da sua bancada será contra. -----

--Pela Coligação Chamusca com Futuro, Paulo Jorge Batista da Silva Leitão, em nome da sua bancada aludiu em relação à proposta sobre a ponte que se trata de mais um estudos entre tantos, não faz sentido nem explica onde se vão buscar os vinte cinco milhões de euros, julga não estarem a sugerir que seja financiado pelos cofre do



## Assembleia Municipal de Chamusca

(S.O: 22/02/2022)

*Handwritten signature in blue ink.*

*município, em suma tudo não passa duma divagação cósmica. -----*

*--Sobre o troço de estrada entre os semáforos disse não estarem contra nem a favor, entendem que o foco do orçamento municipal e das diversas forças políticas deverão estar mais prementes nas matérias que perturbam e interferem muito mais na vida dos munícipes. -----*

*--Nesse sentido sem querer afrontar alguém a sua coligação não votará contra, mas sim abster-se-á. -----*

*--Maria da Conceição dos Santos Freire Gaudêncio, pela Bancada CDU, apresentou a seguinte declaração de voto: -----*

*-----Declaração de Voto -----*

*--"As questões concernentes à ponte João Joaquim Isidro dos Reis, vulgo, Ponte da Chamusca, são, pelo menos desde 1979, momento da maior cheia do séc. XX no nosso concelho, uma preocupação da CDU. Desde essa data que o assunto, e as questões em torno do troço da N118 correspondente à travessia da vila da Chamusca, passaram a ser uma preocupação das Estradas de Portugal e do Poder Local Democrático deste concelho, de tal forma que foram colocados, pagos e mantidos, pela gestão CDU, semáforos, no local onde ainda hoje operam (cuja necessidade decorreu de um estreitamento do troço da N118 entre o edifício do antigo Montepio até à Quinta do Nicho). -----*

*--O assunto sempre foi tido em conta pela gestão CDU e sempre esbarrou num facto óbvio à época e óbvio hoje: o espaço edificado e o direito à propriedade por quem de direito, a saber, os donos dessas propriedades. Consideramos que, antes se partir para projetos irrefletidos que apenas terão a virtude de facilitar a passagem de mais camiões para o Eco Parque, seria pertinente juntar vontades e indemnizações. Acreditamos que*



*o projeto existente tem as características que conhecemos, não por ignorância ou incompetência técnica, não por má vontade do poder local, mas antes pela conjugação dos mais diversos fatores técnicos. Há, todavia, a acrescentar que é um projeto que respondeu, na altura, a todas as questões relativas à exploração agrícola colocadas pelos proprietários. -----*

*--O projeto agora apresentado pelo partido CHEGA deveria começar por estudar quanto custaria: -----*

*---- I) Adquirir, recuar, repor muros e empena da antiga fábrica de arroz pela largura de dois metros da Quinta dos Jardins do Pranto; -----*

*----II) Repor os abastecimentos e readaptação de acessos, bem como repor pisos por alteração de cota; iii) alargamento do novo pluvial da via com as condições exigidas pela Direção de Estradas e passeio -----*

*----IV) possibilidades do Plano de segurança, dos projetos de estruturas, do projeto de arquitetura. -----*

*--Em conclusão, relembramos que fez parte do programa eleitoral da CDU para as últimas eleições autárquicas exigir e estabelecer com o Governo a calendarização para a construção da nova ponte e conclusão do IC3, indispensável por razões ambientais e de desenvolvimento económico do concelho e da região. Foi também nossa proposta promover o estudo para execução do projeto da Estrada de Ligação Sul ao Eco Parque do Relvão para retirar a circulação de resíduos no interior das localidades. -----*

*--Relembramos também que sobre esta situação existe uma resolução na Assembleia da República, cuja base esteve numa iniciativa tomada pelo grupo parlamentar do PCP. No entender da CDU, as bancadas com assento nesta Assembleia devem unir esforços na defesa da concretização do projeto existente, fruto das conclusões obtidas pelos*



## Assembleia Municipal de Chamusca

(S.O: 22/02/2022)

*estudos e projetos já elaborados atempadamente e já retificados pelo Estudo de Impacto Ambiental aprovado. Esta posição pouparia milhões aos cofres do estado e não desperdiçaria o tempo e os recursos já empregues no desenvolvimento de soluções técnicas e que sanariam os problemas que todos consideramos terem de ser resolvidos. Consideramos que o que apenas falta para que tal aconteça, é a vontade política, por parte do governo central, em concretizar o que se comprometeu executar, bem como alocar o devido financiamento para a concretização deste importante projeto de âmbito regional, que por consequência trará a devida resolução das questões locais que em tanto prejudicam as nossas populações. -----*

*--Neste contexto, o voto da CDU é contra a proposta apresentada pelo eleito do partido CHEGA. -----*

*--Os Eleitos da CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV -----*

*--Chamusca, 22 de fevereiro de 2022" -----*

*--Deste modo procedeu-se à votação da Proposta para estudo e eventual construção de uma nova ponte viária sobre o Rio Tejo, que foi rejeitada por maioria, com dois votos a favor (Partido Chega e Coligação Chamusca com Futuro), três abstenções (Coligação Chamusca com Futuro) e quinze contra (PS e CDU). -----*

*--À semelhança da anterior, com igual votação, também, a Proposta para requalificação do troço da Rua Direita de S. Pedro (EN118) entre a Câmara Municipal e a Quinta do Nicho foi rejeitada por maioria. -----*

*--Pedindo a palavra o Deputado do Chega julga não ter sido entendido, porém apenas apresentou sugestões e não estudos exaustivos, visto que tais estudos apenas se justificariam após concordância da Assembleia e da Câmara Municipal. -----*

*--Quanto ao comentário sobre "os chamusquenses de cá e os chamusquenses lá" trata-*

*sc*  
*8*  
*4*



*se de uma mera separação geográfica sem qualquer intuito de discriminação a não ser o local que habitam. -----*

*--Sobre a intervenção da CDU mostrou-se admirado perante a demonstração da defesa da propriedade privada. -----*

*--Miguel Gil das Silva, CDU, esclareceu o Deputado do Chega que não foi a Assembleia que entendeu mal, aliás até foi expressamente clara ao afirmar que as ideias do Chega não se coadunam com o entendimento do caminho para o desenvolvimento da população do concelho. A seu ver a posição da Assembleia ficou bem explícita, no entanto se há outros assuntos envolvidos e não são entendidos decerto não serão um problema da Assembleia. -----*

*--Paulo Jorge Batista da Silva Leitão, Coligação Chamusca com Futuro” solicita a resposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente à situação da saúde no concelho, o porquê do não avanço das obras do novo centro de saúde, qual o estado das obras das piscinas municipais e na escola básica e secundária da Chamusca. -----*

*--O Senhor Presidente da Câmara saudando todos os presentes começou por explicar que de momento existem cinco médicos nos serviços de saúde do concelho, três efetivos e dois médicos reformados contratados. Quanto à vacinação vai passar a ser administrada no centro de saúde a partir de um de março o que leva à desativação do centro de vacinação no pavilhão dos bombeiros. -----*

*--Sobre as obras do novo centro de saúde surgiram alguns constrangimentos por atraso da E-REDES na alteração da linha de média tensão que passa por cima do terreno, inclusive o município, enquanto dono de algumas infraestruturas, avançou com esse procedimento de alteração da linha de média tensão aérea para média tensão subterrânea e a empresa que adjudicou esta obra inicia os trabalhos para a próxima*



## Assembleia Municipal de Chamusca

(S.O: 22/02/2022)

*semana. Em simultâneo foi feito um levantamento de todos os coletores que servem aquela zona tendo-se confirmado que algumas das estacas coincidem com a localização dos pluviais pelo que vai ser feita a sua alteração, contudo esta não impede o avanço das obras. -----*

*--Quanto às obras das piscinas municipais de momento estão suspensas por necessidade de alteração de projeto a ser efetuadas entre a primeira fase e segunda fase da obra. -----*

*--Relativamente à escola básica e secundária de momento a decorrer o procedimento de aquisição de contentores que substituirão as salas de aulas e em conversa com o agrupamento chegou-se à conclusão de esta mudança deverá ser feita durante as férias de verão para não prejudicar nem o atual o nem próximo ano letivo. -----*

*--Usando da palavra a Deputada Maria da Conceição dos Santos Freire Gaudêncio, CDU, pediu esclarecimentos sobre as contas do Parque dos Sonhos, o andamento das obras do Porto do Carvão e do Centro de Interpretação do Tejo e Avieiros, a situação da Reabilitação Urbana I, II, III e IV, da Estrada do Pereiro, do Arquivo Municipal, do jardim do Arripiado, o ponto de situação do saneamento básico relativamente às Águas do Ribatejo. -----*

*--Respondendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente às contas do Parque dos Sonhos não apresentou nem à Câmara Municipal nem à Assembleia porque ainda estão a ser fechadas, no entanto logo eu disponíveis fá-las-á chegar. Quanto à obra de alargamento da Estrada do Porto do Carvão houve a necessidade de fazer “um compasso de espera” para que as águas do Ribatejo entrevissem no sistema de saneamento e escoamento das águas pluviais, porém a obra está a decorrer. -----*

*--Relativamente ao Centro de Interpretação do Tejo aguardam que haja financiamento*



*do quadro comunitário para poderem fazer candidatura dado que estas obras tem um orçamento base de quase dois milhões de euros. -----*

*--Quanto regeneração urbana as fases dois e quatro, dentro da mobilidade, tiveram concorrentes, já estão consignadas pelo que espera que dentro dos prazos previstos as obras avancem. Em relação às fases um e três (Largo 25 de Abril e Largo da República) irão ser novamente colocadas a concurso porque os anteriores ficaram desertos. -----*

*--Para a obra de requalificação da Estrada do Pereiro já existe o parecer e o visto do Tribunal de Contas e o concurso está a decorrer também dentro dos prazos previstos. Sobre o arquivo municipal foi outro concurso que ficou deserto está a ser lançado novo procedimento. -----*

*--No Jardim do Arripiado irão iniciar a requalificação da Praça do Arripiado dado o problema estrutural com o lintel que sustenta toda a praça. A intervenção dos taludes da zona verde também se iniciará em breve, espera-se que durante a primavera esta requalificação avance. -----*

*--Dentro do que é o plano e orçamento das Águas do Ribatejo está calculado que durante o mês de março principiarem as obras de saneamento na Rua do Relvão e a zona envolvente. -----*

*--O estado das estradas da Parreira, após as intervenções bastante complexas de retirada e reposição de pavimento, é uma das questões que muito os preocupa e o Presidente da Junta tem sido também uma voz muito ativa porque de facto as estradas estão em muito mau estado. De momento está a ser ponderado pela Lezíria do Tejo avançar com um empréstimo para intervenções em estradas em meio rural e está contemplada já neste primeiro estudo a repavimentação de toda a faixa nas ruas da Parreira. -----*



## Assembleia Municipal de Chamusca

(S.O: 22/02/2022)

--Bancada da CDU, Rui Miguel Oliveira Cruz expôs a seguinte Moção: -----

-----Moção-----

-----"Reposição das Freguesias Extintas -----

--O processo de agregação e extinção de 1168 freguesias, operado em 2013, mereceu generalizada contestação e oposição das populações e da esmagadora maioria dos órgãos autárquicos. No caso do município da Chamusca, verificou-se o parecer desfavorável da Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Assembleias de Freguesia.

--Na generalidade, não houve ganhos financeiros, nem de eficácia, nem contribuiu para o reforço da coesão territorial, antes, acentuou as assimetrias regionais já existentes. -

--Ao encerramento de inúmeros serviços públicos pelo país, a extinção de freguesias adicionou o facto de vir ainda esvaziar e agravar mais a vida em muitas localidades, em particular, nas zonas rurais e de interior, onde a freguesia era a entidade que restava, deixando as populações ao abandono. -----

--A extinção das freguesias eliminou a proximidade dos eleitos com as populações, dificultou a capacidade de intervenção na resolução de problemas, atentou contra a identidade de cada freguesia e reduziu a capacidade de reivindicação das populações e dos seus órgãos autárquicos. -----

--Os eleitos da CDU, respeitando os seus compromissos e correspondendo aos justos anseios das populações e dos seus órgãos autárquicos, sempre lutaram pela reposição das freguesias extintas, onde fosse vontade das populações, nomeadamente com apresentação na Assembleia da República de projetos de Lei para a criação de freguesias. -----

--Foi preciso esperar até Dezembro de 2020 para que fosse anunciada a criação da Lei e só a 29 de Janeiro a proposta foi discutida na Assembleia da República o que permitiu,



## Assembleia Municipal de Chamusca

(S.O: 22/02/2022)

*à comissão responsável, a discussão na especialidade e resultou na criação da Lei n.º 39/2021 que define o regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias e que revoga a Lei n.º 11 A/2013, de 28 de janeiro, que procede à reorganização administrativa do território das freguesias. -----*

*--A reposição das freguesias extintas é um ato de inteira justiça, é uma exigência democrática. -----*

*--Com base nesta argumentação a Assembleia Municipal de Chamusca delibera: -----*

*--Renovar o parecer desfavorável e repudiar o processo de extinção e agregação de freguesias ocorrido em 2013. -----*

*--Estimular a discussão nos órgãos autárquicos - Câmara Municipal e Assembleia Municipal acerca da nova lei da criação de freguesias e da possível reversão do processo de agregação das freguesias -----*

*-- Aferir da vontade das populações das freguesias de Chouto, Parreira, Chamusca e Pinheiro Grande na reversão do processo de agregação das suas freguesias, através dos seus órgãos autárquicos representativos - Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia e junto das suas populações em geral. -----*

*--Garantir da parte da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal o apoio técnico necessário no processo de criação das freguesias se assim for a vontade das suas populações. -----*

*Remeta-se esta moção aos Senhores Presidente de Junta, Presidentes de Assembleia de Freguesia e respetivos membros. -----*

*--Os Eleitos da CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV -----*

*--Chamusca, 22 de fevereiro de 2022" -----*

*--Bruno Miguel Marques de Oliveira, PS, fazendo alusão à Moção da CDU diz*



## Assembleia Municipal de Chamusca

(S.O: 22/02/2022)

S-  
J  
Z

*compreender e ter conhecimento de que em dois mil e treze foi motivo de revolta e de grande incompreensão da população e de alguns políticos, no entanto considera que a lei atual não é muito clara nem benéfica para a desagregação das freguesias. Como exemplo foca o caso da União de Freguesias que preside que está quase impossibilitada dado que uma das medidas de obrigação é a dimensão da Freguesia. -----*

*--Assim e relativamente ao proposto entende que não cabe aos órgãos autárquicos tomar uma posição, mas sim à população que deve manifestar as suas opiniões, porque o povo é que decide o seu rumo. -----*

*--Rui Miguel Oliveira da Cruz esclareceu que o apresentado é para que se discuta e consulte as populações e se reflita sobre a lei em vigor. -----*

*--Deliberou a Assembleia Municipal **Aprovar** a Moção por maioria com uma abstenção dos Partido do Chega. -----*

*--Usando novamente da palavra Bruno Miguel Marques de Oliveira, PS, questionou sobre os pontos de situação dos parques de autocaravanismo e também do balcão da Caixa Agrícola Mútua da Parreira uma vez que ouviu umas conversas sobre o seu fecho na Parreira. -----*

*--Respondeu o Senhor Presidente da Câmara em relação ao autocaravanismo realmente existem candidaturas de duas áreas de serviço uma no Chouto e outra no Arripiado, curiosamente estavam convitos, em ambos os locais, que as duas propriedades estavam registadas em nome e a favor do Município porém a escritura nunca foi feita. Trata-se exatamente da zona da feira do Chouto e de toda a zona verde do Arripiado, estão, de momento, a ser desenvolvidos todos os esforços no sentido de fazer esses registos que dependem ainda da resolução de alguns problemas quer junto dos antigos proprietários quer do notário, daí este atraso. Quanto à questão sobre a*



*Caixa Agrícola partilha da mesma preocupação todavia ainda não conseguiu confirmar junto do conselho administrativo, da instituição, se de facto estão a pensar nisso, logicamente que o Município envidará todos os esforços para evitar que tal aconteça.*

### DOCUMENTOS PARA CONHECIMENTO

*--2. Relatório de Atividades do Executivo Municipal; -----  
--O Senhor Presidente da Câmara Municipal da Chamusca abordou sinteticamente o Relatório de Atividades e colocou-se à disposição, assim como ao restante Executivo, para eventuais esclarecimentos. -----*

### DOCUMENTOS PARA APROVAÇÃO

*--3 – Aprovação de Mapa de Fluxos de Caixa e 1ª Revisão Orçamental 2022; -----  
--O Senhor Presidente da Câmara informou que o saldo orçamental da gerência anterior se cifrou em € 6.434.658,50 e o de tesouraria em €162.329,16, demonstrou a necessidade de integrar esse montante no orçamento de 2022 e de criar a classificação de despesa 0102-05010101, resultando deste modo um aumento do valor do orçamento da receita e despesa de €6.434.658,50. Este saldo da gerência anterior irá ser utilizado no reforço da despesa corrente e de capital, devendo ser repartido em Receita Correntes € 3.684.879,00 e Receita Capital € 2.749.779,50. -----Com esta revisão mantem-se o equilíbrio orçamental preconizado no RFALEI, que estabelece que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual a despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.-----  
--Nada surgindo a Assembleia Municipal votou e **Aprovou**, o ponto três, por maioria, com três abstenções da Coligação Chamusca com Futuro e dezasseis votos a favor dos restantes eleitos. -----  
--4 – Estratégia Local de Habitação da Chamusca 2020 – 2026; -----*



## Assembleia Municipal de Chamusca

(S.O: 22/02/2022)

--Referiu o Senhor Presidente da Câmara que a Lei de bases da habitação e a Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH), assumiram a dupla missão de garantir o acesso universal a uma habitação condigna para todos os indivíduos e suas famílias, através de um alargamento significativo do âmbito de beneficiários e da oferta do parque habitacional com apoio público, e, simultaneamente, de criar as condições necessárias para privilegiar a reabilitação urbana e do edificado na promoção das políticas públicas de habitação. Esta Estratégia Local de Habitação (ELH) é, por sua vez, o instrumento de planeamento de iniciativa municipal que resulta do Programa 1º Direito e encontra-se especialmente direcionada para apoiar as famílias que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo de acesso a uma habitação adequada. -----

--A pedido do Senhor Presidente da Câmara a Senhora Engenheira Evelina Maria Cebola Mendes expôs, com recurso a apresentações PowerPoint, a Estratégia Local de Habitação, do Município, relativa aos anos de 2020 a 2026. -----

--Pela Bancada da CDU, Miguel Gil da Silva, apresentou a seguinte declaração de voto:

### -----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

--"O atual estudo da Estratégia Local de Habitação faculta dados preocupantes: -----

--1. a significativa perda de população, sendo o concelho que mais perdeu na lezíria do Tejo; -----

--2. é o concelho mais mal servido ao nível das acessibilidades; -----

--A falta de acessibilidades é um fator que é assumido como o fator decisivo para prejuízo do nosso concelho. Assumem-se como fatores decisivos nestas acessibilidades a conclusão do IC3, batalha que temos travado, e aborda-se também a construção de uma nova ponte. -----



## Assembleia Municipal de Chamusca

(S.O: 22/02/2022)

--Este concelho é, de momento, um concelho particularmente envelhecido, tendo como únicas atividades em crescimento a agricultura, os resíduos, e as atividades relativas à saúde humana e ao apoio social. Acresce uma taxa de desemprego jovem de 31%. ----

--Os dados facultados são alarmantes e conducentes a uma necessidade real de uma política habitacional eficaz. -----

--Importa assumir que o Direito à Habitação está longe de ser concretizado, genericamente, no nosso país e, particularmente, no nosso concelho. -----

--Criou-se a “ Nova Geração de Políticas de Habitação” (NGPH), que visam passar para o Poder Local e Sector Social a responsabilidade na resolução deste direito. Apesar da aprovação da Lei de Bases da Habitação, continuamos sem medidas que implementem os seus princípios. Opta-se por dar continuidade às ‘novas gerações de políticas de habitação’, que obedecem a critérios contrários à Lei de Bases da Habitação e que demonstram ser incapazes de dar resposta aos problemas habitacionais. As insuficiências são óbvias pela baixa execução do Programa do 1º Direito e o limitado alcance do programa de arrendamento acessível, num momento em que, como este mesmo estudo apresentado prevê, haverá um agravamento das condições sociais.” ---

--PS, Rui Manuel Tanoeiro questiona o porquê de ter surgido neste momento esta Estratégia Local de Habitação. -----

--Respondendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal que esta resulta da Lei de bases da habitação de dois mil e dezanove e como já foi comentado os dados são preocupantes, no entanto o Município não se esconde atrás deles, pelo contrário cria respostas. Respostas de anos e anos em que tem existido a sistemática perda de população, onde a questão das respostas à necessidade das populações não foi feita na medida das suas necessidades. Daí havendo este instrumento financeiro que



## Assembleia Municipal de Chamusca

(S.O: 22/02/2022)

permite o acesso ao 1º direito há que avançar com a aprovação desta estratégia para que se possam dar às pessoas habitações dignas e em quantidade de modo a que se potencie a sua fixação no Concelho. -----

--Nada mais ocorrendo a Estratégia Local de Habitação Municipal foi votada e **Aprovada** por maioria de presenças com quatro abstenções da bancada da CDU e dezanove votos a favor dos restantes Eleitos. -----

--Passando de imediato Paulo Jorge Batista da Silva Leitão pela Coligação “Chamusca com Futuro” a citar uma declaração de voto: -----

-----Declaração de Voto -----

--“A Coligação Chamusca com Futuro votou favoravelmente este ponto da ordem de trabalhos, não deixando porém de estabelecer uma fundamentação condicional deste voto, em especial no que tange à execução dos projectos de requalificação local urbana, os quais se entende deverem manter – aliás, de si já condicionados pelo próprio PDM - o respeito pela traça original dos locais e edifício tradicionais e emblemáticos da Vila da Chamusca. Trata-se portanto de um voto favorável com condicionantes ao nível da estética urbanística tradicional.”-----

---5 – Aprovação final do Regulamento Municipal de identificação de Imóveis para Aplicação de Majoração ou Minoração da Taxa de IMI; -----

--O Senhor Presidente baseou a sua apresentação na proposta que se transcreve para os devidos efeitos: -----

---Considerando que: -----

--Os municípios dispõem de poderes tributários relativamente a impostos e outros tributos a cuja receita tenham direito, incluindo a concessão de isenções e benefícios fiscais, de acordo com o disposto na alínea d) do artigo 15º do Regime Financeiro das



## Assembleia Municipal de Chamusca

(S.O: 22/02/2022)

*Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação. -----*

*--Este regime geral, nos termos do nº 2 do artigo 16º, com as alterações introduzidas pela Lei nº 51/2018, de 16 de agosto, veio possibilitar aos municípios, que mediante regulamento a aprovar pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, estabeleça critérios e condições para o reconhecimento de isenções totais ou parciais, objetivas ou subjetivas, relativas aos impostos e outros tributos próprios.-----*

*--Acrescenta a nova redação do nº 3 desse mesmo artigo 16º, que aqueles benefícios fiscais “devem ter em vista a tutela de interesses públicos relevantes, com particular impacto na economia local ou regional, e a sua formulação ser genérica e obedecer ao princípio da igualdade, não podendo ser concedidos por mais de cinco anos, sendo possível a sua renovação por uma vez com igual limite temporal”. -----*

*--O Código do Imposto Municipal de Imóveis permite a majoração da taxa de IMI a prédios urbanos devolutos, degradados e em ruínas, e prédios rústicos com áreas florestais em situação de abandono; a minoração da taxa a prédios urbanos arrendados e prédios classificados como de interesse público, de valor municipal ou património cultural; e a majoração ou minoração da taxa a prédios sítos em áreas territoriais, que sejam objeto de operações de reabilitação urbana ou combate à desertificação. -----*

*--O Código do Imposto Municipal de Imóveis, vulgo CIMI, refere que se consideram devolutos ou em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma próprio, mas que até à data apenas se encontra definido para estes efeitos, o conceito de prédio ou fração autónoma devoluta, conforme Decreto-Lei n.º 159/2006 de 08 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 67/2019 de 21 de maio. -----*



## Assembleia Municipal de Chamusca

(S.O: 22/02/2022)

--Constitui competência dos municípios proceder ao levantamento dos prédios rústicos com áreas florestais em situação de abandono, bem como, dos prédios urbanos devolutos, degradados e em ruínas e à identificação dos respetivos proprietários. -----

Compete aos municípios a verificação dos pressupostos para aplicação de taxas de minoração e majoração. -----

--Com este regulamento, pretende-se estabelecer os procedimentos de identificação de imóveis, para efeitos de aplicação de majoração ou minoração da taxa de IMI. -----

--Efetivamente, os custos ou benefícios envolvidos encontram-se diretamente relacionados com as receitas que o município da Chamusca deixará de receber com as majorações ou minorações da taxa de IMI que venham a ser concedidas, as quais, nesta fase, são impossíveis de antecipar. Nesse sentido, e tendo em conta as atribuições legais que são cometidas aos municípios na preservação do património edificado, na segurança e salubridade de pessoas e bens, resultante do CIMI, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na sua atual redação, do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, foi dado início ao procedimento de elaboração do Regulamento Municipal de Identificação de Imóveis para aplicação de majoração ou minoração da taxa de IMI do Município da Chamusca, nos termos do artigo 98º, n.º 1 do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, tendo sido promovida a consulta a todos os interessados entre os dias 26 de novembro de 2021 a 13 de dezembro de 2021, para que estes pudessem apresentar os seus contributos, no âmbito do presente procedimento. -----

--No decurso do prazo estabelecido para o efeito, nenhum interessado se apresentou no assim, sido dispensada a sua consulta pública, pelo período de trinta (30) dias, nos



*termos do processo, nem foram apresentados contributos para a elaboração do Regulamento, tendo, artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que se entendeu que, não tenho comparecido nenhum interessado que devesse ser ouvido em audiência dos interessados, e não justificando a natureza da matéria regulada neste Regulamento uma consulta pública, porque não afeta de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, antes confere direitos a potenciais interessados, a situação não tinha enquadramento legal na obrigatoriedade prevista no artigo 101º.*-----

*--6 – Transferência de Competências para as Autarquias Locais no Domínio da Ação Social - Prorrogação do Prazo; -----*

*--O Senhor Presidente da Câmara indicou que esta proposta de prorrogação do prazo, até um de janeiro de dois mil e vinte e três, é para permitir que o Município reúna as condições necessárias para o exercício das competências previstos nesta área, nomeadamente a preparação de recursos humanos, dos sistemas de informação e a verificação dos dados financeiros. -----*

*--Nada ocorrendo foi deliberada a aprovação da referenciada transferência por unanimidade de presenças. -----*

*--7 – Minutas de Contratos Interadministrativos Universidades Seniores, com: -----*

*--Todos os contratos com as entidades, abaixo descritas, foram Aprovados por unanimidade de presenças: -----*

*----a) Junta Freguesia Carregueira; -----*

*----b) União de Freguesia de Chamusca e Pinheiro Grande; -----*

*----c) União de Freguesia de Parreira e Chouto; -----*

*----d) Junta Freguesia de Ulme; -----*



## Assembleia Municipal de Chamusca

(S.O: 22/02/2022)

*Handwritten signature in blue ink.*

-----**e) Junta Freguesia de Vale de Cavalos;**-----

--8 – Minuta de Adenda ao Contrato Interadministrativo “Universidade Sénior”  
celebrado em 17 de janeiro de 2018; -----

--9 – Minutas de Contratos Interadministrativos “Manutenções permanentes” a  
celebrar com: -----

--a) Junta de Freguesia da Carregueira; -----

--8 – Minuta de Adenda ao Contrato Interadministrativo “Universidade Sénior”  
celebrado em 17 de janeiro de 2018; -----

--A referida minuta foi aprovada por unanimidade de presenças. -----

--9 – Minutas de Contratos Interadministrativos “Manutenções permanentes” a  
celebrar com: -----

-----**a) Junta de Freguesia da Carregueira;**-----

-----**b) União de Freguesias de Parreira e Chouto;**-----

--As alíneas descritas foram votadas e aprovadas por unanimidade de presenças. -----

--Maria da Conceição dos Santos Freire Gaudêncio, CDU, perguntou o porquê de serem  
apenas duas freguesias a celebrarem contratos e em que consistem estas  
manutenções. -----

--Explicando o Senhor Presidente da Câmara que após consulta a todas as Juntas de  
Freguesia só estas duas demonstraram interesse e disponibilidade em aceitar  
desenvolver estas competências que são da Câmara Municipal. Ambos os contratos  
pressupõem a manutenção e conservação dos espaços públicos durante o período de  
2021 a 2025. -----

--10 – Minuta de Protocolo de Colaboração Administrativa e Financeira com a União de  
Freguesias de Parreira e Chouto – Extensão de Saúde da Freguesia do Chouto; -----



--Deliberada a Aprovação, por unanimidade de presenças. -----

--11 – Minuta de Protocolo de Cedência de Instalações – Salão de Convívio do Chouto – a celebrar com União de Freguesias de Parreira e Chouto – Aprovada por unanimidade de presenças. -----

--12 – RSTJ - Contrato Programa Atualização valor subsídio à exploração para o Corrente ano de 2022; -----

--Esclareceu o Senhor Presidente do Executivo Municipal que este contrato programa do Município com RSTJ é para a recolha em baixa (recolha lixo dos contentores). Há altura foi acordado que o valor pudesse ser revisto anualmente em caso de necessidade e com efeito, esta proposta de actualização do valor do subsídio à exploração assenta no aumento dos custos com o transporte, designadamente os decorrentes do aumento do preço do gasóleo, bem como o aumento de custos com o pessoal. -----

--Nada ocorrendo o Contrato Programa foi Aprovado com sete votos contra, das bancadas da CDU e da Coligação Chamusca com Futuro e os votos favoráveis dos restantes Eleitos. -----

--Pela Bancada da Coligação Chamusca com Futuro, Paulo Jorge Batista da Silva Leitão apre sentou a seguinte declaração de voto: -----

-----Declaração de Voto-----

--“ A Coligação Chamusca Com Futuro votou desfavoravelmente este ponto da ordem de trabalhos, pois, apesar de reconhecer verosimilhança inicial apriorística à exposição dos motivos - aumento do preço dos combustíveis e aumento do valor da remuneração mensal mínima garantida – entende não ser inteligível que o pedido de aumento haja sido dirigido exclusivamente ao Município da Chamusca, quando estamos perante uma empresa inter-municipal, participada por outros municípios além deste. Daqui



## Assembleia Municipal de Chamusca

(S.O: 22/02/2022)

*decorre que não se entende a razão de este custo não ser suportado proporcionalmente pelos demais municípios, o que nos faz considerar violado o princípio da igualdade – na sua vertente negativa, de tratar de forma desigual o que é igual – e bem assim o princípio da proporcionalidade, e que represente, notoriamente, um óbvio favorecimento municipal e pessoal àquela empresa, que não tem qualquer fundamento jurídico nem económico, e que apenas pode ter estar assente em duvidosas relações especiais, cujos contornos importa esclarecer quanto antes. Além disto, recordamos, a título de exemplo da incongruência do pedido formulado, que, e os dados estão acessíveis na plataforma .gov, esta empresa despendeu, a título filantrópico de € 12.000,00 para financiamento de um outdoor em favor de uma associação que nem sequer tem sede neste concelho da Chamusca, o que, na verdade, faz cair por terra a motivação de que a actualização se deve a factores como o aumento dos salários e dos custos com combustíveis, quando, na verdade, tal actualização apenas provém de já mencionadas relações especiais e de uma gestão descuidada da RSTJ. Nenhum sentido se encontra no exercício de mecenato como o apontado quando, alegadamente, é necessário auxílio municipal para suprir as necessidades, tanto mais sendo esse auxílio, infundadamente, a cargo exclusivo deste Município. Pretende-se vincar o desejo de, num futuro mais ou menos longínquo, tal não vir a recair sobre a generalidade dos munícipes deste concelho, além de tudo o mais que sobrevier.” -----*

*--13 – Designação de um Presidente de Junta de Freguesia para Integrar a Equipa de Igualdade na Vida Local (EIVL). -----*

*--A bancada do PS indicou para integrar esta equipa Mário João Amaro Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Ulme. -----*

*--Não surgindo mais nomes e procedida a votação foi aprovado para o cargo o indicado*



## Assembleia Municipal de Chamusca

(S.O: 22/02/2022)

*Presidente de Junta de Freguesia com onze votos a favor, seis contra e uma abstenção.*

*--Miguel Gil da Silva, CDU, achando que dignificava o trabalho da Assembleia solicitou que fossem tomadas medidas para criar melhores condições para que os eleitos durante as sessões tivessem um local para colocar os seus instrumentos de trabalho. --*

*--Concordando em pleno com a situação exposta, que diz ser sua também, o Senhor Presidente da Assembleia espera que se possam retomar os trabalhos no local anterior ou então que se encontre um local adequado e provido das condições necessárias. ----*

*--Ressalva-se que no final do período de Antes da Ordem do Dia o Senhor Deputado do Partido do Chega, Eduardo de Magalhães do Amaral Neto, ausentou-se da sala não tendo regressado até final dos Trabalhos . -----*

*--O suporte digital desta sessão, designado de Sessão Extraordinária de 22 de janeiro de 2022, encontra-se, como habitualmente no Gabinete da Assembleia Municipal para eventuais consultas e continuará a servir de apoio à ata, pelo que há partes em que apenas são feitas referências sumárias das intervenções realizadas. Nada mais surgindo o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão Extraordinária desta Assembleia Municipal, da qual se lavrou a presente Ata que, conjuntamente com o Senhor Presidente da Mesa e segundo secretário passo a assinar. -----*

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*